A intervenção do FEEF-FMI e a resposta da esquerda

1. O Primeiro-ministro anunciou esta semana o pedido de intervenção dirigido ao Fundo Europeu e ao FMI. Depois de ter insistentemente prometido evitar e contrariar esta intervenção, José Sócrates desistiu da sua promessa mais solene.

O Bloco de Esquerda **rejeita este recurso aos programas do FMI e da União Europeia**. Não se trata de uma ajuda, mas de um resgate e intervenção financeira que tem o preço de imposição de medidas duríssimas contra os salários e pensões, que agravam e prolongam a decadência da economia portuguesa e a desigualdade que a constitui. Como em 1983, trata-se de uma gigantesca transferência de rendimento do trabalho para o capital, para promover o facilitismo económico e o poder absoluto da finança. Recordamos que, nesses anos, os trabalhadores perderam três meses do seu salário por ano e a economia manteve depois todas as suas deficiências e vícios estruturais.

O Bloco responsabiliza directamente o PS e o PSD pelos sucessivos PEC e Orçamentos que conduziram a esta situação, criando uma gravíssima recessão. Todos estes pacotes de medidas de austeridade estimularam mais especulação e não a evitaram, agravaram a crise e não a resolveram.

2. O Bloco regista ainda o comunicado do Presidente da República que dá por adquirido o acordo do PS, PSD e CDS com a estratégia da austeridade e as metas do défice. Nesse mesmo sentido, o PSD e o CDS já se disponibilizaram para apoiar o recurso ao FEEF-FMI, comprometendo-se com as medidas económicas e sociais que essa imposição vier a determinar.

Embora no momento presente seja desconhecido o programa que o governo está a negociar, o ministro das finanças já reafirmou que se baseia no PEC4 anteriormente chumbado, tendo sublinhado o seu programa de privatizações e as alterações à lei laboral para facilitar despedimentos, e tendo fontes do FMI acrescentado o recurso a despedimentos na função pública.

3. O Bloco propôs atempadamente uma **intervenção que sustentasse a liquidez do financiamento do Estado**, por via do apoio do BCE à CGD. Assim, teria sido possível evitar as dificuldades de financiamento de Abril e Maio e a chantagem dos banqueiros, que se exprimiu concertadamente em público para impor as suas condições, mas o governo rejeitou qualquer alternativa.

Ora, o problema mais grave do sistema financeiro é uma dívida privada muito superior à pública, e a banca portuguesa está exposta a uma excessiva alavancagem e a endividamento insustentável, pelo que exigiu um resgate que, prejudicando a economia nacional, lhe assegurasse uma protecção efectiva.

4. No contexto novo criado pelo pedido de intervenção do FEEF-FMI pelo governo, o Bloco exige uma **auditoria a toda a dívida externa**, pública e privada, de modo a identificar a natureza das parcelas da dívida, as suas maturidades e condições.

Deste modo, será possível determinar a **reestruturação da dívida** – dos seus prazos e das suas condições – e a recusa de pagamento de juros extorsionários ou dívidas abusivas, em particular do efeito de juros cobrados para pagar juros excessivos. A mobilização assente em propostas concretas alternativas e na unidade entre todos e todas quantos recusem a política da bancarrota, é o caminho para fazer crescer a confiança pública, a luta dos trabalhadores e a capacidade de enfrentar e derrotar o programa do FMI, que une o PS e a direita. Na luta social e nas eleições, a unidade contra o FMI é essencial para que a esquerda dispute a alternativa.

5. O Bloco de Esquerda não abdicará, no debate político actual, de insistir sobre a necessidade de consolidação orçamental e de uma **ruptura profunda na economia, para enfrentar a bancarrota e a recessão**. Para tanto, a chave da solução é a uma **reforma fiscal mobilizadora** dos recursos necessários, no combate à evasão fiscal instituída e protegida no nosso país, e a **redução de despesas escandalosas como a das Parcerias Público-privado**. O país tem que escolher se quer continuar a aceitar financiar as rendas dos bancos e das empresas construtoras com a cedência de hospitais públicos à gestão privada e com a gestão das autoestradas e ferrovia, ou se quer usar os recursos públicos para reduzir a pobreza e o desemprego.

6. Face às ameaças do Governo, no sentido de relançar e agravar as medidas já previstas no PEC4, e que constituem o programa eleitoral do PS, atacando o salário, nomeadamente os 13º e 14º meses, reduzindo as pensões e degradando os serviços públicos essenciais, o Bloco de Esquerda apela a toda a mobilização social. Só a democracia pode salvar a economia.

O nosso compromisso na luta por um **Governo de Esquerda** responde a esta crise. É necessário um governo que resulte da força que a democracia dê à luta pela responsabilidade financeira, pela criação de emprego, pela redução da pobreza e da precariedade.

7. O encontro realizado, a pedido do Bloco de Esquerda, com uma delegação da direcção do PCP, no passado dia 8 de Abril, foi a primeira reunião formal entre estas duas direcções, que se inscreve na sequência de múltiplas respostas comuns constatadas ao longo dos anos, na luta pela defesa de leis laborais que protejam o trabalhador, de leis fiscais que protejam os contribuintes e de respostas económicas que protejam o emprego e os direitos sociais. A reunião confirmou essas respostas comuns e estabeleceu um processo de consultas entre os dois partidos.

O Bloco assinala a importância deste diálogo, e manifesta o seu empenho no seu

prossequimento, bem como de todas as formas de convergência que mobilizem as esquerdas para respostas políticas contra a bancarrota.